

**PARECER JURÍDICO Nº 744/2025**

**À Secretaria de Fazenda**

**Assunto: Resposta à impugnação de edital.**

**IMPUGNANTE: NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA EIRELI - EPP**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2025**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2025**

**OBJETO:** Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de higiene e limpeza, para atender às demandas de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Cataguases-MG.

## **1. RELATÓRIO**

Trata-se de Parecer Jurídico solicitado pela Secretaria de fazenda, no qual solicita análise e manifestação por parte deste órgão de assessoramento jurídico acerca da retificação do edital em virtude do deferimento de uma impugnação apresentada por licitante.

A impugnação foi julgada procedente, determinando-se a inclusão, na qualificação técnica, da exigência de apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

**É o relatório. Passo à análise.**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Considerando que a impugnação se faz sobre a inclusão do AFE, que é a Autorização de Funcionamento Especial, um documento emitido pela ANVISA que habilita um estabelecimento a realizar atividades relacionadas à fabricação, distribuição, importação, armazenamento e comercialização de produtos sujeitos à vigilância sanitária. A AFE é necessária para diversos estabelecimentos, incluindo distribuidoras e transportadoras de produtos sujeitos à vigilância sanitária.

Ademais, percebe-se que essa exigência tem respaldo na própria lei de licitação 14.133/2021, que dispõe:

**Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:**

- I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;
- III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;
- VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Segundo a ANVISA, saneantes são obrigatórios a possuir o AFE, além de que a empresa que não tiver a autorização de funcionamento do órgão sanitário competente cometerá infração sanitária e estará sujeita a pena de advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença e/ou multa, de acordo com os termos da **Lei nº 6.437/1977**.

A exigência da AFE não restringe indevidamente a competição, mas assegura que apenas empresas regularmente autorizadas pela autoridade sanitária possam participar, evitando riscos à saúde pública e à própria execução contratual.

### 3. CONCLUSÃO

À vista do exposto, esta Procuradoria Geral do Município opina-se pela retificação do edital, com a devida publicação da alteração, para incluir na qualificação técnica a obrigatoriedade de apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA.

Além da impugnação ser **tempestiva**, esta também demonstra **pertinência e imprescindibilidade** para a fornecimento de produto de limpeza ser qualificativo uma vez que a obtenção da AFE não só assegura a conformidade legal, mas também contribui para a segurança e eficácia das atividades desempenhadas do município, no qual é uma atribuição da ANVISA, no qual devem ser observadas suas exigências atendendo o princípio do interesse público.

Assim, a medida mostra-se juridicamente possível e necessária para garantir a continuidade e eficiência dos serviços prestados pelo Município.

É o parecer.

Cataguases, 01 de dezembro de 2025.

**Marcella Cristina Andrade Oliveira**  
**Procuradora do Município**  
**OAB/MG 246.001**